

**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER – SEJEL**

---

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026**

---

**Programa Revelar Talentos – Vôlei de Praia**

A **SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER – SEJEL**, por intermédio de Comissão de Seleção e Julgamento, torna público que está recebendo propostas de **Organizações da Sociedade Civil (OSCs)** para a **contratação de recursos humanos** destinados à execução do **Programa Revelar Talentos: Aperfeiçoamento em Vôlei de Praia**, em João Pessoa, Paraíba, conforme disposições da **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (MROSC), Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, Decreto Estadual nº 46.545, de 13 de maio de 2025 (TransferePB)**, e demais legislações aplicáveis.

## **1. DO OBJETO**

### **1.1 Objeto Geral**

O objeto deste Edital é a seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, para a celebração de parceria destinada à execução do **Programa Revelar Talentos: Aperfeiçoamento em Vôlei de Praia**. A parceria visa a implantação de um núcleo de esporte de base para o desenvolvimento de **48 atletas** das categorias Sub-17, Sub-19 e Sub-21, na cidade de João Pessoa, Paraíba.

### **1.2 Objeto Específico**

**1.2.1 Contratação de 11 (onze) profissionais** nas seguintes funções:

- 02 (dois) Treinadores Principais
- 02 (dois) Preparadores Físicos
- 01 (um) Psicólogo Esportivo
- 01 (um) Diretor Administrativo
- 01 (um) Gerente Geral
- 04 (quatro) Assistentes Técnicos

### **1.2.2 Local de Execução:**

O projeto será executado na **Vila Olímpica Parahyba**, equipamento esportivo público estadual localizado em João Pessoa/PB, gerido pela própria SEJEL/PB, conforme previsto no Projeto Técnico aprovado pelo Ministério do Esporte (Convênio nº 1266/2025). A Organização da Sociedade Civil selecionada deverá demonstrar capacidade administrativa, logística e gerencial para atuar no referido espaço público.

### **1.3 Justificativa**

1.3.1 A presente parceria justifica-se pelo notório interesse público em fomentar o esporte de rendimento e fortalecer a posição do Estado da Paraíba como um polo de excelência no Vôlei de Praia, modalidade em que sua capital, João Pessoa, já detém amplo reconhecimento. Para que o Programa Revelar Talentos atinja seu objetivo de desenvolver atletas de base e consolidar um legado esportivo, é indispensável a estruturação de uma equipe técnica de alta performance. A celebração de um Termo de Colaboração com uma Organização da Sociedade Civil é o instrumento adequado para garantir a gestão de uma equipe multidisciplinar qualificada, capaz de oferecer:

- Treinamento técnico e tático especializado, alinhado às melhores práticas da modalidade;
- Preparação física adequada, voltada para o alto rendimento e a prevenção de lesões;
- Acompanhamento psicológico, essencial para o desenvolvimento integral dos jovens atletas;
- Gestão administrativa eficiente, que assegure a organização logística e a viabilidade da participação dos atletas em competições de nível regional e nacional.

1.3.2 Dessa forma, a parceria viabiliza a execução de uma política pública de esporte que, de outra forma, não alcançaria o mesmo nível de especialização e agilidade, concretizando os objetivos do programa de forma eficaz.

## **2. VIGÊNCIA E CRONOGRAMA**

### **2.1 Período de Execução do Projeto**

- a) Início: a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração
- b) Duração: 14 (quatorze) meses

### **2.2 Cronograma do Processo de Seleção**

<b>Etapa</b>	<b>Data</b>
Período de Inscrição	15/06 a 15/07/2026
Análise de Habilitação	16/07 a 20/07/2026
Divulgação de Habilitados	21/07/2026
Julgamento Técnico	22 a 24/07/2026
Resultado Preliminar	28/07/2026
Prazo para Recurso	Até 04/08/2026
Divulgação do Resultado Final	10/08/2026
Assinatura do Termo de Colaboração	11/08/2026
Início de Vigência	A partir da data da assinatura do Termo de Colaboração

### **2.3 Observações Importantes**

- a) Todas as datas são contadas em dias corridos, exceto quando especificado.
- b) Os prazos que se encerrarem em dia não útil serão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.
- c) O horário de referência para todos os atos é o Horário de Brasília (GMT-3), com o encerramento do prazo ocorrendo às 16h30min do dia estipulado, salvo disposição expressa em contrário.
- d) É de exclusiva responsabilidade dos proponentes acompanhar todas as publicações e comunicados relativos a este edital.

### **3. VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1 O valor máximo global de recursos desta parceria é de **R\$ 244.650,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais)**, destinado exclusivamente ao custeio das despesas previstas na Meta 1 (Contratação de Recursos Humanos) do Plano de Trabalho.

3.2 O valor final da parceria poderá ser ajustado para menos, de acordo com a proposta financeira apresentada pela OSC vencedora, não podendo, em nenhuma hipótese, ultrapassar o limite máximo estabelecido no item 3.1.

3.3 As despesas decorrentes desta parceria correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- a) Concedente: Ministério do Esporte
- b) Conveniente: Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer – SEJEL/PB
- c) Fonte: Convênio nº 1266/2025

3.4 O repasse dos recursos à OSC parceira ocorrerá em conformidade com o cronograma de desembolso a ser pactuado no Termo de Colaboração, vinculado às metas e etapas de execução do Plano de Trabalho aprovado.

**3.4.1** A liberação da primeira parcela fica condicionada à celebração formal do Termo de Colaboração e à comprovação, por parte da OSC, de sua regularidade jurídica e fiscal.

**3.4.2** Todas as operações de desembolso observarão as normas estabelecidas pelo Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, e pelo **Decreto Estadual nº 46.545, de 13 de maio de 2025**, operacionalizando-se **exclusivamente pelo Sistema TransferePB e pela plataforma BB Ágil do Banco do Brasil**.

### **4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

Para participar deste Chamamento Público, a Organização da Sociedade Civil (OSC) deverá cumprir os requisitos de admissibilidade e não incorrer em nenhuma das vedações listadas abaixo.

#### **4.1 Requisitos de Admissibilidade**

A OSC proponente deverá, no ato da inscrição, comprovar que atende aos seguintes requisitos:

##### **a) Quanto à Natureza Jurídica e Organização:**

I. ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, regida e constituída de acordo com a legislação brasileira;

II. possuir objetivos estatutários ou regimentais voltados a ações de relevância pública e social, compatíveis com o objeto deste edital;

III. possuir, no mínimo, 2 (dois) anos de existência, com cadastro ativo na Receita Federal do Brasil (CNPJ);

IV. prever expressamente em seu estatuto social que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei;

V. manter escrituração contábil regular, em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

##### **b) Quanto à Experiência e Capacidade Técnica:**

I. comprovar experiência prévia de, no mínimo, 01 (um) ano na execução de projetos ou atividades correlatas ao objeto deste edital, preferencialmente na área de vôlei de praia ou desenvolvimento de atletas de alto rendimento;

II. demonstrar capacidade técnica, administrativa e operacional para o gerenciamento de recursos humanos e a execução do projeto no espaço público disponibilizado.

**c) Quanto à Sede:** possuir, obrigatoriamente, sede estabelecida na cidade de João Pessoa, Paraíba.

#### **4.2 Vedações à Participação**

Em conformidade com o Art. 39 da Lei nº 13.019/2014, será impedida de celebrar a parceria a OSC que:

- a) não se enquadre como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, conforme o item 4.1;
- b) não possua o tempo mínimo de existência ou a experiência prévia exigidos no item 4.1;
- c) tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o Termo de Colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- d) tenha tido, nos últimos 5 (cinco) anos, as contas de parceria anterior rejeitadas pela administração pública, ou tenha sido punida com suspensão de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração ou declaração de inidoneidade;
- e) tenha incorrido em omissão no dever de prestar contas de parceria anterior;
- f) esteja inscrita no Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) ou em outros cadastros de inadimplência federais, estaduais ou municipais.

### **5. DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA**

O processo de seleção será composto pela análise dos Documentos de Habilitação (Etapa 1, Eliminatória) e pela avaliação do Plano de Trabalho (Etapa 2, Classificatória).

#### **5.1 Documentos de Habilitação**

##### **a) Habilitação Jurídica:**

- I. Cópia do Estatuto Social e suas alterações, devidamente registrados;
- II. Cópia da Ata de Eleição e Posse da diretoria em exercício, devidamente registrada;
- III. Cópia do documento de identidade e do CPF do(s) representante(s) legal(is) da OSC;
- IV. Comprovante de Inscrição no CNPJ, emitido no site da Receita Federal, que comprove, no mínimo, 2 (dois) anos de existência;
- V. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a organização não incorre em nenhuma das vedações do Art. 39 da Lei nº 13.019/2014.

**b) Regularidade Fiscal e Trabalhista:** I. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

II. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

III. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

##### **c) Qualificação Técnica (Comprovação de Experiência):**

I. Documentos que comprovem a experiência prévia de, no mínimo, 1 (um) ano em atividades correlatas ao objeto.

#### **5.2 Plano de Trabalho**

A OSC proponente deverá apresentar um Plano de Trabalho detalhado, contendo, no mínimo:

**a) Descrição da Proposta:** Detalhamento da metodologia de trabalho para a execução do projeto, incluindo o plano de treinos e acompanhamento dos atletas na Vila Olímpica Parahyba.

**b) Capacidade Técnica e Operacional:** I. Descrição da estrutura administrativa e gerencial que será mobilizada; II. Relação e currículo da equipe técnica que se pretende contratar com os recursos da parceria; III. Cronograma de execução das metas do projeto.

## **6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

O processo de seleção e julgamento ocorrerá em duas etapas sucessivas, conduzidas pela Comissão de Seleção.

### **6.1 Habilitação (Eliminatória) – Etapa 1**

A Comissão de Seleção verificará o cumprimento de todos os requisitos e a apresentação de todos os documentos exigidos nas seções 4 e 5.1 deste Edital. A OSC que não atender a qualquer dos requisitos será desclassificada.

### **6.2 Julgamento Técnico (Classificatória) – Etapa 2**

As OSCs habilitadas terão seus Planos de Trabalho avaliados e pontuados conforme os critérios abaixo, totalizando o máximo de 100 pontos.

#### **Critério A: Qualidade e Coerência da Proposta Técnica (30 pontos)**

Avalia a clareza, a viabilidade e o detalhamento do Plano de Trabalho.

<b>Pontuação</b>	<b>Critério</b>
30	Apresenta metodologia clara, cronograma detalhado, metas mensuráveis e sistema de monitoramento.
20	Apresenta metodologia e cronograma, mas as metas ou o sistema de monitoramento são genéricos.
10	Apresenta uma descrição básica do plano, com falhas no detalhamento da metodologia ou do cronograma.
0	Não apresentou Plano de Trabalho ou este é manifestamente inexecutável.

#### **Critério B: Experiência da OSC (40 pontos)**

Avalia a experiência prévia da organização, com ênfase na atuação específica com vôlei de praia.

<b>Pontuação</b>	<b>Critério</b>
40	4 anos ou mais de atuação específica em vôlei de praia, com resultados em nível nacional/internacional.
30	2 a 3 anos de atuação específica em vôlei de praia, com resultados em nível regional/estadual.
20	1 ano de atuação específica em vôlei de praia.
10	Experiência comprovada em outras modalidades esportivas de alto rendimento, sem especialização em vôlei de praia.
0	Não comprovou experiência relevante.

### **Critério C: Capacidade Técnica e Gerencial (30 pontos)**

Avalia a capacidade administrativa, logística e gerencial da OSC para atuar no espaço público disponibilizado.

<b>Pontuação</b>	<b>Critério</b>
30	Apresenta comprovada capacidade gerencial e equipe com vasta experiência e qualificações de nível nacional/internacional.
20	Apresenta capacidade gerencial adequada e equipe com experiência e qualificação para a execução do projeto.
10	Apresenta capacidade gerencial básica ou a qualificação da equipe é apenas elementar.
0	Não demonstrou possuir capacidade técnica ou gerencial mínima.

### **6.3 Pontuação Final e Classificação**

- A pontuação final de cada proponente será a soma dos pontos obtidos nos Critérios A, B e C.
- Serão consideradas aprovadas as OSCs que atingirem a pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos.
- Em caso de empate, o critério de desempate será a maior pontuação obtida no Critério B (Experiência da OSC).
- A OSC aprovada com a maior pontuação final será convocada para celebrar o Termo de Colaboração.

## **7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO**

O processo de seleção será conduzido pela Comissão de Seleção e seguirá as etapas detalhadas abaixo, cujas datas observarão o cronograma disposto no item 2.2 deste Edital.

### **7.1 Da Inscrição**

As Organizações da Sociedade Civil deverão apresentar suas propostas, em envelope lacrado, no endereço da SEJEL (item 10.2), ou por meio do e-mail oficial [programarevelartalentospb@sejel.pb.gov.br](mailto:programarevelartalentospb@sejel.pb.gov.br).

O envelope ou e-mail deverá conter todos os documentos de habilitação e o Plano de Trabalho, conforme especificado na Seção 05.

Propostas recebidas fora do prazo serão automaticamente desclassificadas.

### **7.2 Da Habilitação e Julgamento Técnico**

A Comissão de Seleção procederá à análise em duas fases sucessivas:

**a) Fase de Habilitação (Eliminatória):** Verificação do cumprimento de todos os requisitos e da apresentação da documentação obrigatória, conforme as Seções 4 e 5.

**b) Fase de Julgamento Técnico (Classificatória):** Para as OSCs habilitadas, a Comissão realizará a análise do mérito do Plano de Trabalho, atribuindo a pontuação conforme os critérios estabelecidos na Seção 6.

### **7.3 Da Divulgação dos Resultados e dos Recursos**

Após a fase de julgamento, a SEJEL publicará o resultado preliminar. As OSCs participantes poderão interpor recurso, devidamente fundamentado, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação do resultado. O recurso deverá ser dirigido à Comissão de Seleção e protocolado no mesmo endereço ou e-mail da inscrição.

#### **7.4 Do Julgamento dos Recursos e do Resultado Final**

A Comissão de Seleção julgará os recursos e, em seguida, publicará o resultado definitivo do chamamento público no Diário Oficial do Estado, homologando a OSC vencedora.

#### **7.5 Da Convocação e Celebração da Parceria**

A OSC declarada vencedora será convocada para, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, apresentar as certidões e documentos finais e assinar o Termo de Colaboração.

#### **7.6 Da Comissão de Seleção**

O processo será conduzido por uma Comissão de Seleção, composta por, no mínimo, 03 (três) membros designados por Portaria oficial. A aplicação das sanções de **suspensão temporária e declaração de inidoneidade** é de competência do **Secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer**, nos termos do art. 73, § 1º, da Lei nº 13.019/2014.

### **8. DO TERMO DE COLABORAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES**

#### **8.1 Do Instrumento Jurídico**

A parceria será formalizada mediante a celebração de Termo de Colaboração, instrumento regido pela Lei nº 13.019/2014 e pelo Decreto nº 11.531/2023, que conterà as cláusulas obrigatórias previstas na legislação, incluindo a descrição detalhada do objeto, metas, indicadores, cronograma de desembolso e as responsabilidades das partes.

#### **8.2 Da Vigência**

O Termo de Colaboração terá vigência de **14 (quatorze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, distribuídos da seguinte forma:

- a) 02 (dois) meses para estruturação e planejamento;
- b) 11 (onze) meses para a execução efetiva das atividades esportivas;
- c) 01 (um) mês para a apresentação dos resultados e prestação de contas final.

#### **8.3 Das Obrigações da OSC Parceira**

Sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação e no Termo de Colaboração, a OSC selecionada obriga-se a:

##### **I. Obrigações de Execução Técnica:**

- a) executar o objeto da parceria em estrita observância ao Plano de Trabalho aprovado;
- b) realizar as atividades do projeto na Vila Olímpica Parahyba, em João Pessoa/PB, equipamento público cedido pela SEJEL/PB para a execução deste programa;
- c) manter equipe técnica qualificada e em quantitativo suficiente para o cumprimento das metas estabelecidas;
- d) garantir o livre acesso dos agentes da SEJEL, do Ministério do Esporte e dos órgãos de controle interno e externo a todos os atos e documentos relativos à execução da parceria.

##### **II. Obrigações Administrativas e Financeiras:**

- a) manter conta bancária específica e exclusiva para a movimentação dos recursos da parceria, a ser aberta no Banco do Brasil, vinculada ao Sistema TransferePB, nos termos do Decreto Estadual nº 46.545/2025;
- b) aplicar os recursos exclusivamente na execução do objeto, sendo vedada a transferência a terceiros ou o uso para finalidades diversas;

- c) manter a escrituração contábil e os registros administrativos (incluindo folha de pagamento e encargos) atualizados e organizados;
- d) apresentar relatórios de execução do objeto e de execução financeira nos prazos e moldes estabelecidos pela SEJEL, utilizando a plataforma BB Ágil do Banco do Brasil para envio das prestações de contas.

### **III. Obrigações Legais e de Regularidade:**

- a) manter, durante toda a execução da parceria, a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária;
- b) responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto;
- c) comunicar imediatamente à SEJEL qualquer irregularidade ou fato que possa comprometer a execução da parceria.

## **9. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A prestação de contas deverá ser apresentada pela OSC parceira em estrita observância à Lei nº 13.019/2014, ao Decreto nº 11.531/2023 e ao **Decreto Estadual nº 46.545/2025**, operacionalizada exclusivamente pelo **Sistema TransferePB e pela plataforma BB Ágil do Banco do Brasil**, com foco no cumprimento das metas e resultados pactuados.

### **9.1 Dos Relatórios de Execução**

**a) Relatório Parcial de Execução do Objeto:** a cada 06 (seis) meses de vigência da parceria, contendo o detalhamento das atividades realizadas e o alcance das metas até então;

**b) Relatório Final de Execução do Objeto:** em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência da parceria, consolidando todos os resultados alcançados, o cumprimento das metas e o impacto social do projeto.

### **9.2 Da Documentação Comprobatória**

Os relatórios deverão ser acompanhados de documentos que comprovem a execução do projeto e o nexo de causalidade das despesas, tais como:

**a) Execução Técnica:** listas de presença de atletas, registros de participação em competições, fotografias e vídeos das atividades, e relatórios de desempenho técnico;

**b) Gestão de Pessoal:** folha de pagamento dos profissionais alocados no projeto, acompanhada dos respectivos comprovantes de remuneração (recibos/contracheques) e das guias de recolhimento de encargos trabalhistas e previdenciários;

**c) Execução Financeira:** extratos bancários da conta específica, relação de pagamentos efetuados e comprovantes de despesas (notas fiscais, recibos), organizados de forma a permitir a conciliação bancária.

### **9.3 Despesas Financiáveis**

De acordo com o art. 46 da Lei nº 13.019/2014, poderão ser pagas com os recursos vinculados à parceria, entre outras despesas:

- a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
- b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

- c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;
- d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

#### **9.4 Da Análise e Julgamento**

A prestação de contas será analisada pela SEJEL, com o apoio técnico do Ministério do Esporte, quando couber, observando os seguintes prazos:

- a) 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, quando a análise for realizada por meio de procedimento informatizado;
- b) 180 (cento e oitenta) dias, para a análise convencional.

#### **9.5 Das Sanções**

A rejeição da prestação de contas ou a constatação de irregularidades na aplicação dos recursos sujeitará a OSC às sanções previstas na Lei nº 13.019/2014. A aplicação das sanções de **suspensão temporária** e **declaração de inidoneidade** é de competência exclusiva do **Secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer**, nos termos do art. 73, § 1º, da Lei nº 13.019/2014, incluindo a devolução de recursos e a inscrição em cadastros de inadimplência.

## **10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

### **10.1 Do Regime Jurídico Aplicável**

Este Chamamento Público e a parceria dele decorrente regem-se, integralmente, pelas seguintes normas:

- a) Lei nº 13.019/2014 (Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC);
- b) Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Federal nº 11.531/2023;
- c) Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023;
- d) Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- e) Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), aplicada de forma subsidiária;
- f) Decreto Estadual nº 46.545, de 13 de maio de 2025 (Sistema TransferePB e plataforma BB Ágil);
- g) Legislação orçamentária vigente e demais normas de direito público aplicáveis.

### **10.2 Dos Canais de Comunicação e Esclarecimentos**

- a) Endereço: Rua Desportista Aurélio Rocha, s/n, Bairro dos Estados, CEP: 58030-000.
- b) Horário de Atendimento: Segunda a sexta-feira, das 09h00 às 16h30min.
- c) E-mail: programarevelartalentospb@sejel.pb.gov.com
- d) Responsável: Comissão de Seleção.

### **10.3 Da Publicidade e Transparência**

Em observância ao princípio da publicidade, este Edital e todos os atos dele decorrentes serão divulgados nos seguintes meios:

- a) Diário Oficial do Estado da Paraíba (DOE-PB);
- b) Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Diário Oficial da União (DOU), quando couber;

- c) Site oficial da SEJEL (<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-juventude-esporte-e-lazer>) e redes sociais institucionais;
- d) Quadro de avisos da sede da SEJEL.

#### **10.4 Da Rescisão e Denúncia**

A SEJEL poderá rescindir unilateralmente ou denunciar o Termo de Colaboração, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de no mínimo 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 42, XVI, da Lei nº 13.019/2014, nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento injustificado do objeto ou das metas pactuadas;
- b) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- c) omissão no dever de prestar contas ou irregularidades insanáveis na execução financeira;
- d) violação de normas legais ou cláusulas contratuais.

#### **10.5 Disposições Finais**

- a) A participação neste Chamamento Público não gera direito adquirido à celebração da parceria.
- b) A SEJEL reserva-se o direito de adiar, suspender ou cancelar este processo a qualquer momento, por razões de interesse público, sem que caiba indenização às proponentes.
- c) Execução Local: O projeto deverá ser executado, obrigatoriamente, na Vila Olímpica Parahyba, em João Pessoa/PB.
- d) Fiscalização: A SEJEL e o Ministério do Esporte realizarão fiscalizações in loco periódicas para verificar a conformidade da execução técnica e o uso dos recursos.
- e) Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção.

### **11. ANEXOS**

**Anexo I:** Plano de Trabalho

**Anexo II:** Modelo de Proposta Técnica

**Anexo III:** Modelo de Termo de Colaboração

**Anexo IV:** Modelo de Declarações

João Pessoa, 12 de Junho de 2026.

  
**HOMERO PIRES NETO**  
Secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER –  
SEJEL**

**ANEXO I**

**MODELO DE PLANO DE TRABALHO**

**Chamamento Público nº 001/2026 – SEJEL/PB**

**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER – SEJEL  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026  
PLANO DE TRABALHO**

**I – DADOS CADASTRAIS DA OSC PROPONENTE**

<b>Nome da OSC:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>Endereço completo:</b>	
<b>Cidade / UF / CEP:</b>	
<b>Telefone / E-mail / Site:</b>	
<b>Banco / Agência / Conta corrente:</b>	
<b>Nome do Representante Legal:</b>	
<b>CPF / RG / Órgão Expedidor:</b>	
<b>Função / Cargo:</b>	

**II – DADOS DA PROPOSTA**

<b>Título do Projeto:</b>	
<b>Valor total solicitado (R\$):</b>	

**Período de execução:**

### **III – IDENTIFICAÇÃO E EXPERIÊNCIA DA OSC**

*(Apresentação da OSC, sua trajetória e experiência na área esportiva e de gestão de recursos humanos. Até 400 palavras.)*

### **IV – JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO**

*(Caracterizar a situação que justifica a proposta, demonstrando o nexa com o Programa Revelar Talentos e os objetivos do Convênio nº 1266/2025. Até 400 palavras.)*

### **V – OBJETIVOS**

*(Descrever o objetivo geral e os objetivos específicos do projeto, alinhados ao desenvolvimento das categorias Sub-17, Sub-19 e Sub-21 de vôlei de praia. Até 300 palavras.)*

### **VI – METODOLOGIA**

*(Caracterizar a metodologia de treinamento, preparação física, acompanhamento psicológico e gestão administrativa a ser adotada. Até 400 palavras.)*

### **VII – METAS E ETAPAS**

*(Especificar as metas do projeto, considerando critérios de especificidade, mensuração, alcance, relevância e temporalidade. Indicar as etapas de estruturação, execução e apresentação de resultados. Até 300 palavras.)*

### **VIII – INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO**

*(Detalhar os critérios e indicadores que permitirão verificar o cumprimento das metas, inclusive quanto à evolução técnica dos atletas, assiduidade e resultados em competições. Até 300 palavras.)*



Acompanhamento psicológico contínuo											
Participação em competições regionais											
Participação em competições nacionais											
Relatório parcial de execução											
Avaliação de desempenho dos atletas											
Relatório final e prestação de contas											

#### **XI – RESULTADOS ESPERADOS**

*(Caracterizar o público-alvo, os resultados esperados, os benefícios para os atletas e o impacto para o desenvolvimento do vôlei de praia no Estado da Paraíba. Até 300 palavras.)*

#### **XII – DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA**

Na condição de representante legal da \_\_\_\_\_, declaro, sob as cominações legais, e com o objetivo de comprovação junto à Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer – SEJEL/PB, que inexistente qualquer débito ou situação de inadimplência para com a Administração Pública, em quaisquer de suas esferas, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da SEJEL/PB para aplicação na forma prevista e determinada por este Plano de Trabalho.

#### **XIII – APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE**

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER – SEJEL/PB**

Assinatura: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

**Representante Legal da OSC Proponente**

(Nome e Cargo)

**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER –**  
**SEJEL**

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA**  
**(OFÍCIO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA)**

*[PAPEL TIMBRADO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]*

OFÍCIO Nº \_\_\_\_\_/2026

João Pessoa/PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**À Comissão de Seleção do Chamamento Público nº 001/2026**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER – SEJEL/PB**

**Assunto: Apresentação de Proposta para Seleção de Organização da Sociedade Civil.**

Prezados Senhores,

**[Nome da OSC]**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, João Pessoa/PB, neste ato representada por seu(sua) representante legal **[Nome completo]**, CPF nº \_\_\_\_\_, vem, respeitosamente, à presença dessa Comissão de Seleção apresentar proposta para celebração de parceria com a Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer – SEJEL/PB, nos termos do Edital de **Chamamento Público nº 001/2026 – SEJEL/PB**, cujo objeto é a execução do Programa Revelar Talentos: Aperfeiçoamento em Vôlei de Praia, destinado ao desenvolvimento de 48 atletas das categorias Sub-17, Sub-19 e Sub-21, mediante contratação de 11 (onze) profissionais especializados, na cidade de João Pessoa/PB.

A proposta contempla os seguintes elementos essenciais, detalhados no Plano de Trabalho anexo:

- a) Descrição da realidade objeto da parceria e o nexos com o Programa Revelar Talentos;

- b) Descrição das metas qualitativas e quantitativas e das atividades a serem executadas;
- c) Metodologia de gestão da equipe técnica, treinamento e acompanhamento dos atletas na Vila Olímpica Parahyba;
- d) Previsão de receitas e despesas na execução das atividades;
- e) Forma e prazo para execução das atividades, observado o período de 14 (quatorze) meses;
- f) Plano de aplicação dos recursos, de acordo com o valor máximo global de R\$ 244.650,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais).

Diante do exposto, solicitamos a apreciação da proposta no valor de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ reais), destinado integralmente ao atendimento dos eixos e metas previstos no referido Edital.

Sem mais para o momento, reiteramos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

---

**[Nome completo do Representante Legal da OSC]**

[Cargo e Nome da Organização]

**DOCUMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS JUNTAMENTE COM ESTE OFÍCIO:**

1. Documentos de Habilitação (conforme Seção 5.1 do Edital);
2. Plano de Trabalho (Anexo I);
3. Declaração de Ciência e Concordância (Anexo IV – Declaração A);
4. Declaração de Adequação das Instalações (Anexo IV – Declaração B);
5. Declaração de não incidência nas vedações do art. 39, III da Lei nº 13.019/2014 (Anexo IV – Declaração C);
6. Declaração de Regularidade das Contas (Anexo IV – Declaração D);
7. Declaração de Idoneidade dos Dirigentes (Anexo IV – Declaração E);
8. Declaração de não remuneração de servidor público com recursos da parceria (Anexo IV – Declaração F).

6009

**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER –**  
**SEJEL**

**ANEXO III**  
**MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº: 0001/2026**

**TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE  
SI CELEBRAM O ESTADO DA PARAÍBA  
ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO  
DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER E A  
OSC XXXXXXXXXXXX, DE ACORDO COM  
O PROCESSO ADMINISTRATIVO PBD0C  
NºS JL-PRC-2026/00158, PARA OS FINS  
QUE ESPECIFICA:**

**O ESTADO DA PARAÍBA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER, e a (A) .....** (Nome da OSC), organização da sociedade civil, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede ....., doravante denominado(a) **OSC**, representada pelo(a) seu (sua) Presidente, o Sr. (a) ....., conforme atos constitutivos da entidade, e nos termos do Processo Administrativo n.º 2026/00158 [Clique ou toque aqui para inserir o texto.](#) e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas::

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente Termo de Colaboração é a execução do Projeto Revelar Talentos visando à consecução de finalidade de interesse público e recíproco, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho informado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

**2.1.** Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**3.1.** O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de **14 (quatorze) meses, contados a partir da data de sua assinatura**, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

**3.2.** Sempre que necessário, mediante proposta da Organização da Sociedade Civil devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente termo de Colaboração.

**3.3.** Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a Administração Pública promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de Colaboração, independentemente de proposta da Organização da Sociedade Civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

**3.4.** Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**4.1.** O montante total de recursos disponibilizado por este órgão, a serem empregados na execução do objeto do presente termo de Colaboração, que serão alocados de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho é de **R\$ 244.650,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais)**, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Programa nº 5100020250006

Ação 20YA - Apoio a projetos de excelência esportiva, nas fases de especialização e aperfeiçoamento, da seguinte forma: Na GND (33.30.41);

**4.2.** O valor constante do item anterior será depositado em conta bancária específica, destinada exclusivamente para o presente repasse do Termo de Colaboração, observando-se o rito do Decreto Estadual nº 46.545/2025, operando-se exclusivamente pelo Sistema TransferePB e pela plataforma BB Ágil do Banco do Brasil.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**5.1.** A liberação do recurso financeiro se dará em parcela única, em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

**5.2.** As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

I- quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida:

II- quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas neste Termo de Colaboração; ou

III- quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

**5.3.** A verificação das hipóteses de retenção previstas na subcláusula 5.2. ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I- a verificação da existência de denúncias aceitas;

II- a análise das prestações de contas anuais;

III- as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e

IV- a consulta aos cadastros e sistemas que permitam aferir a regularidade da parceria.

**5.4.** O atraso na liberação das parcelas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação e se este perdurar:

I- por mais de 30 (trinta) dias, a OSC poderá suspender as atividades até a regularização do desembolso; ou

II- por mais de 60 (sessenta) dias, a OSC poderá rescindir a parceria firmada, garantindo-se acerto final com liberação de recursos proporcional a eventual alocação de recursos próprios da entidade;

## **CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**6.1.** A Administração Pública transferirá os recursos em favor da OSC, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento, sendo mantidos na conta **XXXXX**, AGENCIA **XXXXX**, BANCO **XXXX**.

**6.2.** Os recursos depositados na conta bancária específica do Termo de Colaboração serão aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, mediante avaliação do investimento mais vantajoso, enquanto não empregados na sua finalidade.

**6.3.** Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da OSC e autorização da Administração Pública, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

6.4. A conta referida no *caput* desta Cláusula será em instituição financeira pública determinada pela Administração Pública e isenta da cobrança de tarifas bancárias.

6.5. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

6.6. A movimentação dos recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

6.7. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, observando-se o art. 46 da Lei nº 13.019/2014;

6.8. As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pela Organização da Sociedade Civil.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC**

7.1. O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

##### **Das Obrigações da Administração Pública:**

7.2. Além das obrigações constantes na legislação e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe a **Administração Pública** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

7.2.1. promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;

7.2.2. prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;

7.2.3. monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Colaboração, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas **in loco**, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima Primeira;

**7.2.4.** comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

**7.2.5.** analisar os relatórios de execução do objeto;

**7.2.6.** receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração;

**7.2.7.** instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA

**7.2.8.** designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014;

**7.2.9.** retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;

**7.2.10.** assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;

**7.2.11.** reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014;

**7.2.12.** prorrogar de “ofício” a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014;

**7.2.13.** publicar, no Diário Oficial do Estado, extrato do Termo de Colaboração;

**7.2.14.** divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial do governo do estado, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

**7.2.15.** exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

**7.2.16.** informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;

**7.2.17.** analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Colaboração; e

**7.2.18.** aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso;

### **Das Obrigações da OSC:**

**7.3.** Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente Termo e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, **cabe à OSC** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

**7.3.1.** executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste Termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei nº 13.019, de 2014;

**7.3.2.** zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

**7.3.3.** garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

**7.3.4.** manter e movimentar os recursos financeiros em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

**7.3.5.** não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;

**7.3.6.** apresentar Relatório de Execução do Objeto, de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014;

**7.3.7.** executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

**7.3.8.** prestar contas à Administração Pública, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014;

**7.3.9.** responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

**7.3.10.** permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual e do Tribunal de Contas do Estado, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento **in loco** e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

**7.3.11.** quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:

- a) utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;
- b) garantir sua guarda e manutenção;
- c) comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
- d) arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;
- e) em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC; e
- f) durante a vigência do Termo de Colaboração, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

**7.3.12.** por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

**7.3.13.** manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

**7.3.14.** manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;

**7.3.15.** garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

**7.3.16.** observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

**7.3.17.** divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019, de 2014;

**7.3.18.** submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

**7.3.19.** responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;

**7.3.20.** responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e das taxas de importação, de câmbio, aduaneiras e similares, relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014; e

**7.3.21.** quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**8.1.** Para fins de execução deste Termo de Colaboração, Administração Pública e OSC obrigam-se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento;

**8.2.** Em relação à LGPD, cada Partícipe será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis;

**8.3.** Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá o Partícipe responsável pelo incidente comunicar imediatamente ao outro Partícipe, apresentando, no mínimo, as seguintes informações: (i) a descrição dos dados pessoais envolvidos; (ii) a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e (iii) quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento;

**8.4.** Caso um dos Partícipes seja destinatário de ordem judicial ou notificação/requisição de qualquer órgão, agência, autoridade ou outra entidade oficial, relativa ao tratamento de dados pessoais que tenham sido compartilhados em decorrência do presente instrumento, o Partícipe notificado deverá, imediatamente, comunicar ao outro Partícipe;

**8.5.** Administração Pública e OSC se obrigam a, após o encerramento deste instrumento e/ou após o esgotamento das finalidades para as quais os dados pessoais foram coletados, o que vier primeiro, deletar e/ou destruir todos os documentos e informações recebidas do outro Partícipe contendo os dados pessoais fornecidos, sejam em meios físicos ou digitais, eliminando-os de seus arquivos e banco de dados, podendo ser mantidos os dados pessoais necessários para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e/ou para o uso exclusivo do Partícipe, mediante a anonimização dos dados.

## **9. CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO**

**9.1.** O presente Termo de Colaboração poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência, observado o disposto no art. 57 da Lei 13.019, de 2014;

**9.2.** Não é permitida a celebração de aditamento deste termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

**9.3.** As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do

Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

**9.4.** É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo deste termo de Colaboração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

**10.1.** A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública.

**10.2.** Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;

**10.3.** Na gestão financeira, a OSC poderá:

- I-** pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de Colaboração, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
- II-** incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da OSC, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista;

**10.4.** É vedado à OSC:

- I-** pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
- II-** contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica;

**10.5.** É vedado à Administração Pública praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO**

**11.1.** No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

**I-** designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, por ato publicado no Diário Oficial do Estado, com poderes de controle e fiscalização, Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014;

**II-** designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado no Diário Oficial do Estado;

**III-** emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso;

**IV-** realizará visita técnica **in loco** para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;

**V-** examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento;

**VI-** poderá valer-se do apoio técnico de terceiros;

**VII-** poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação;

**11.2.** A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso II da Subcláusula 11.1 é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

**11.3.** A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo do quadro de pessoal da Administração Pública, devendo ser observado o disposto no art. 11 do Decreto Estadual nº 44.504 de 05 de dezembro de 2023.

**11.4.** A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos;

**11.5.** O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso III da Subcláusula 11.1, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

**11.6.** A visita técnica **in loco**, de que trata o inciso IV da Subcláusula 11.1, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela administração pública Estadual, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado. A OSC deverá ser notificada previamente no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita técnica **in loco**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

**12.1.** O presente Termo de Colaboração será extinto:

- I-** por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
- II-** por consenso, antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- III-** por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;
- IV-** por rescisão unilateral da parceria, nas seguintes hipóteses:
  - a)** descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
  - b)** irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
  - c)** omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
  - d)** violação da legislação aplicável;
  - e)** cometimento de falhas reiteradas na execução;
  - f)** malversação de recursos públicos;
  - g)** constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
  - h)** não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

- i) descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC;
- j) paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
- k) ) atraso superior a 60 (sessenta) dias na liberação das parcelas pactuadas no plano de trabalho; ou
- l) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

**12.2.** A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

**12.3.** Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

**12.4.** Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

**12.5.** Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

**12.6.** Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre os partícipes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

**13.1.** Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública;

**13.2.** Fica ainda a Organização da Sociedade Civil compromissada em restituir à Administração Pública o valor recebido, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, ocorrendo os seguintes casos:

- I- não for executado o objeto da avença.

II- quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final e quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste termo de Colaboração.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS BENS REMANESCENTES**

**14.1.** Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

**14.2.** Os bens patrimoniais deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto vigor a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à Administração Pública. A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.

**14.3.** Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

**14.4.** Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL**

**15.1.** A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 54 a 58 e 62 a 70 do Decreto nº 8.726, de 2016, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

**15.2.** A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas no período.

**15.3.** Para fins de prestação de contas final, a OSC deverá apresentar Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, podendo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC, nos termos do art. 69, *caput* e §§1º e 4º, da Lei nº 13.019, de 2014.

**15.4.** O Relatório Final de Execução do Objeto conterá:

- I- a demonstração do alcance das metas no período, mediante comparativo com os resultados alcançados, ou justificativa para o seu não atingimento;
- II- a descrição das ações (projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III- os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- IV- os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;
- V- o comprovante de devolução de eventual saldo financeiro remanescente; e

**15.5.** O Relatório Final de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- I- dos resultados alcançados e seus benefícios;
- II- dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- III- do grau de satisfação do público-alvo; e
- IV- da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

**15.6.** As informações de que trata a Subcláusula anterior serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho.

**15.7.** A análise da prestação de contas final pela Administração Pública será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo emitido pelo gestor da parceria, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho, e considerará:

- I- Relatório Final de Execução do Objeto;
- II- os Relatórios Parciais de Execução do Objeto, para parcerias com duração superior a um ano;
- III- relatório de visita técnica **in loco**, quando houver; e
- IV- relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

**15.8.** Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, devendo mencionar os elementos referidos na Subcláusula 15.7.

**15.9.** Quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, a Administração Pública poderá, justificadamente, de ofício ou mediante solicitação, dispensar a OSC da observância da Subcláusula 15.5.

**15.10.** Na hipótese de a análise de que trata a Subcláusula 15.7. concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação, podendo ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

**15.11.** O Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

- I-** a relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- II-** o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- III-** o extrato da conta bancária específica;
- IV-** a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;
- V-** a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- VI-** cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, os dados da OSC e do fornecedor e a indicação do produto ou serviço.

**15.12.** Nas hipóteses de descumprimento injustificado do alcance das metas ou evidência de irregularidade, de que trata a Subcláusula 15.10, os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

**15.13.** A análise do Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, será feita pela Administração Pública e contemplará:

- I-** o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho;
- II-** a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria;

**15.14.** Observada a verdade real e os resultados alcançados, o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

- I- aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;
- II- aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá:
  - a) quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou
  - b) na análise de que trata a subcláusula 15.13, quando o valor da irregularidade for de pequeno vulto, exceto se houver comprovada má-fé.
- III- rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:
  - a) omissão no dever de prestar contas;
  - b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
  - c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
  - d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

**15.15.** A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, de que trata a Subcláusula 15.8, devendo ser objeto de análise o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho.

**15.16.** A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

**15.17.** A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

- I- apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao dirigente máximo da entidade da Administração Pública, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou
- II- sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

**15.18.** Exaurida a fase recursal, a Administração Pública deverá:

- I- no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar as causas das ressalvas; e
- II- no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:
  - a) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

**b)** solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do §2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

**15.19.** O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação de sanções.

**15.20.** Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

- I-** a instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e
- II-** o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas junto a Controladoria Geral do Estado - CGE, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição;

**15.21.** O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública será de 120 (cento e vinte) dias, contado da data de recebimento do Relatório Final de Execução do Objeto ou do cumprimento de diligência por ela determinado, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias, conforme disposto no art. 71 da Lei 13.019/14.

**15.22.** A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1.** Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa:

- I-** celebrar termo de ajustamento da conduta com a OSC;
- II-** aplicar, à OSC, as seguintes sanções:
  - a)** advertência;
  - b)** suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
  - c)** declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades nos termos do inciso III do art. 73 da lei 13.019/14.

**16.2.** A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

**16.3.** A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a Administração Pública.

**16.4.** A sanção de declaração de inidoneidade para participar de chamamento público e celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo produzirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

**16.5.** Nas hipóteses do inciso II da subcláusula 16.1, é facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

**16.6.** A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Ministro de Estado.

**16.7.** Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do Ministro de Estado prevista na Subcláusula anterior, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

**16.8.** Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita, cumulativamente, como inadimplente no Siafi e no *Transferegov.br*, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**16.9.** Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da Administração Pública destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO**

**17.1.** Em razão do presente Termo de Colaboração, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação do Governo do Estado, através deste órgão, de acordo com o Manual de Identidade Visual deste.

**17.2.** A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Colaboração deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não

podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

**18.1.** A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada por este órgão.

**18.2.** Fica eleito o foro da cidade de João Pessoa para dirimir quaisquer dúvidas que decorrerem da execução do presente instrumento, renunciando-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes, na presença das testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos legais.

João Pessoa - PB, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 202X.

**HOMERO PIRES NETO**  
**SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER**

**OSC**  
**Representante legal**

#### **TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_

CPF:

2. \_\_\_\_\_

CPF:

**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER –**  
**SEJEL**

**ANEXO IV**  
**MODELOS DE DECLARAÇÕES**

## Chamamento Público nº 001/2026 – SEJEL/PB

**Instruções de preenchimento:** Todas as declarações devem ser redigidas em papel timbrado da OSC proponente, assinadas pelo(a) representante legal com poderes estatutários. Os campos em colchetes devem ser preenchidos com os dados da organização. Cada declaração deve ser impressa separadamente e assinada com firma reconhecida, quando exigido.

### DECLARAÇÃO A DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

*[PAPEL TIMBRADO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]*

Eu, **[nome completo do dirigente]**, abaixo assinado(a), na qualidade de representante legal da **[nome da organização da sociedade civil]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[número do CNPJ]**, DECLARO, sob as penas da lei, e para fins do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 – SEJEL/PB, referente à execução do Programa Revelar Talentos: Aperfeiçoamento em Vôlei de Praia, que:

A **[nome da OSC]** está ciente e concorda com todas as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº 001/2026 – SEJEL/PB e em seus anexos, responsabilizando-se, sob as penas da lei, pela veracidade e legitimidade de todas as informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

João Pessoa/PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**[Nome completo do Representante Legal]**

[Cargo – Nome da OSC]

### DECLARAÇÃO B DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA OSC

*[PAPEL TIMBRADO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]*

Eu, **[nome completo do dirigente]**, abaixo assinado(a), na qualidade de representante legal da **[nome da organização da sociedade civil]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[número do CNPJ]**, DECLARO, sob as penas da lei, e para fins do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 – SEJEL/PB, referente à execução do Programa Revelar Talentos: Aperfeiçoamento em Vôlei de Praia, que:

A organização da sociedade civil possui capacidade técnica, administrativa, logística e gerencial necessária ao desenvolvimento das atividades e ao cumprimento das metas estabelecidas na parceria, estando apta a atuar na **Vila Olímpica Parahyba**, equipamento público estadual disponibilizado pela SEJEL/PB para a execução do Programa Revelar Talentos: Aperfeiçoamento em Vôlei de Praia.

Declaro, ainda, que a OSC não necessitará de infraestrutura própria com quadras de vôlei de praia para a execução das atividades previstas, as quais serão realizadas exclusivamente no espaço público acima indicado.

João Pessoa/PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**[Nome completo do Representante Legal]**

[Cargo – Nome da OSC]

**DECLARAÇÃO C**  
**DECLARAÇÃO DE NÃO INCIDÊNCIA NAS VEDAÇÕES DO ART. 39, III DA LEI**  
**FEDERAL Nº 13.019/2014**

*[PAPEL TIMBRADO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]*

Eu, **[nome completo do dirigente]**, abaixo assinado(a), na qualidade de representante legal da **[nome da organização da sociedade civil]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[número do CNPJ]**, DECLARO, sob as penas da lei, e para fins do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 – SEJEL/PB, referente à execução do Programa Revelar Talentos: Aperfeiçoamento em Vôlei de Praia, que:

Não há, nos cargos de direção desta organização, membro de Poder ou do Ministério Público, nem dirigente de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer esfera governamental, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como aos parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, nos termos do art. 39, inciso III, da Lei Federal nº 13.019/2014.

João Pessoa/PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**[Nome completo do Representante Legal]**

[Cargo – Nome da OSC]

**DECLARAÇÃO D**

## DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DAS CONTAS DA OSC

*[PAPEL TIMBRADO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]*

Eu, **[nome completo do dirigente]**, abaixo assinado(a), na qualidade de representante legal da **[nome da organização da sociedade civil]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[número do CNPJ]**, DECLARO, sob as penas da lei, e para fins do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 – SEJEL/PB, referente à execução do Programa Revelar Talentos: Aperfeiçoamento em Vôlei de Praia, que:

Esta organização da sociedade civil:

- não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, ressalvadas as hipóteses previstas nas alíneas "a" a "c" do inciso IV do art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- não foi punida com qualquer das sanções estabelecidas nas alíneas "a" a "d" do inciso V do art. 39 da referida Lei, nem se encontra em cumprimento de penalidade que impeça a celebração de parcerias;
- não teve contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos, nos termos do art. 39, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014.

João Pessoa/PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**[Nome completo do Representante Legal]**

[Cargo – Nome da OSC]

**DECLARAÇÃO E  
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE DOS DIRIGENTES DA OSC**

*[PAPEL TIMBRADO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]*

Eu, **[nome completo do dirigente]**, abaixo assinado(a), na qualidade de representante legal da **[nome da organização da sociedade civil]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[número do CNPJ]**, DECLARO, sob as penas da lei, e para fins do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 – SEJEL/PB, referente à execução do Programa Revelar Talentos: Aperfeiçoamento em Vôlei de Praia, que:

Não há, dentre os dirigentes desta organização da sociedade civil, pessoas:

- cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- julgadas responsáveis por falta grave e inabilitadas para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- consideradas responsáveis por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, nos termos do art. 39, inciso VII, da Lei Federal nº 13.019/2014.

João Pessoa/PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**[Nome completo do Representante Legal]**

[Cargo – Nome da OSC]

**DECLARAÇÃO F**  
**DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE CONTRATAÇÃO OU REMUNERAÇÃO**  
**DE SERVIDOR OU EMPREGADO PÚBLICO COM OS RECURSOS REPASSADOS**

*[PAPEL TIMBRADO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]*

Eu, **[nome completo do dirigente]**, abaixo assinado(a), na qualidade de representante legal da **[nome da organização da sociedade civil]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[número do CNPJ]**, DECLARO, sob as penas da lei, e para fins do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 – SEJEL/PB, referente à execução do Programa Revelar Talentos: Aperfeiçoamento em Vôlei de Praia, que:

Não haverá contratação nem remuneração, a qualquer título, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, pertencente a órgão ou entidade da administração pública estadual, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, com os recursos transferidos por meio da parceria celebrada com a SEJEL/PB, nos termos do art. 45, inciso V, e do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

João Pessoa/PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**[Nome completo do Representante Legal]**

[Cargo – Nome da OSC]